



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Resenha

MENEZES, Elieyd Sousa de. **Os piaçabeiros no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais**. Brasília: Paralelo 15, 2014. 267p.

Marianna de Queiroz Araújo¹

Resumo

Os “piaçabeiros” no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais é a edição em livro do prêmio ABA-GIZ 2012/2013 da pesquisa realizada por Elieyd Sousa de Menezes em sua dissertação de mestrado em Antropologia, defendida no âmbito do programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas em outubro de 2012, sob orientação do professor Wagner Berno de Almeida. Nesta pesquisa, a autora analisa a dinâmica dos conflitos territoriais em Barcelos - AM, tendo como foco as implicações sociais desses conflitos para as práticas extrativistas da piaçaba realizada tradicionalmente pelos autodefinidos “piaçabeiros”. Nessa obra, Menezes se debruça sobre reivindicações econômicas, identitárias e lutas políticas.

Palavras-chave: “piaçabeiros”, identidade, conflitos territoriais.

Abstract

The “piaçabeiros” in the middle Rio Negro: ethnic identity and territorial conflicts is the issue in the book ABA-GIZ award 2012/2013 of research by Elieyd Sousa de Menezes in his dissertation in Anthropology which was held under the program Graduate Studies in social Anthropology at the Federal

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGA-UFPB

University of Amazonas in October 2012, under Professor Wagner Berno de Almeida. In this research, the author analyzes the dynamics of territorial conflicts in Barcelos- AM, focusing on the social implications of such conflicts for extractive practices piaçaba traditionally held by self-defined “piaçabeiros”. In this work Menezes focuses on economic demands, identity and political struggles.

Key words: “piaçabeiros”, identity, territorial conflicts.

O “piaçabal” é o lugar da floresta onde se encontram as palmeiras e acontece a produção da piaçaba que envolve um complexo de relações sociais que acaba oportunizando vários conflitos, em virtude do acesso aos recursos naturais por meio de reivindicações feitas pelos que se autodenominam “piaçabeiros”. Eles são pescadores e indígenas, apontando um duplo pertencimento. Nesse sentido, os critérios de definição de identidades coletivas se valem de definições étnicas (indígenas) e de ocupação extrativista (“piaçabeiros”).

Ao abordar as representações étnicas contidas nesse sistema de extração e comercialização da piaçaba, a autora possibilita ao leitor explorar os conflitos marcados por uma relação vertical de dominação e apadrinhamento, nos instigando a aprofundar conhecimentos que dizem respeito a aspectos como *organização social, identidade étnica, territorialidade, cosmologia*, entre outros.

A partir da seleção, análise e interpretação dos dados coletados por meio da observação, do uso de mapas, documentos, entrevistas, fotografias e registros de áudio, bem como apoiados em bibliografia pertinente, Menezes contribui

com esta pesquisa para ampliação e compreensão crítica de vários aspectos das relações sociais nos piaçabais, permitindo concomitantemente que o leitor tome consciência das realidades locais e dos processos efetivos no amplo contexto da região do médio rio Negro, tendo como *locus* das observações diretas do trabalho de campo, a cidade de Barcelos e o piaçabal do rio Curuduri.

A autora estabelece a urgente necessidade e a importância de análises atualizadas e específicas sobre os “piaçabeiros”. Salaria que essa identidade encontra-se em construção e é marcada por conflitos e ambiguidades, pois não apenas os que se autodefinem indígenas e “piaçabeiros” estão reivindicando territórios para suas atividades, mas também os seus “patrões” reivindicam o reconhecimento dos seus domínios; esses se designam “donos” dos igarapés onde os trabalhadores extraem as fibras da piaçaba.

Menezes demonstra então como as mobilizações políticas que acionam identidades coletivas estão vinculadas às ideias de que os agentes sociais podem assegurar seus direitos territoriais, que implicam a reprodução social de povos e as comunidades tradicionais. A discussão é pautada por Almeida (2006), que destaca as *territorialidades* específicas das populações tradicionais e a própria noção de *terra tradicional*. Esta última expressa uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos

da natureza. A noção de *territorialidade* apontada por Almeida funciona como fator de identificação, defesa e força, que é construído socialmente e que informa um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum.

Percebemos, desta forma, que as dinâmicas desses agentes sociais estão imersas em um jogo de poder e subordinação, em que existem unidades associativas envolvidas, caracterizadoras de identidades diversas, enredadas nesse conflito. Segundo Menezes,

(...) os diferentes agentes sociais estão mobilizados em associações, cooperativas, sindicatos e colônia de pescadores reivindicando acesso aos recursos naturais e territórios “aquáticos” e “terrestres”. São eles que se autodenominam “piaçabeiros”, pescadores e “patrõesinhos”, ou constituem povos indígenas (Tariano, Tukano, Baniwa, Baré, Arapaço, Werequena, Tuyuca). Em outro plano estão os empresários do turismo, sobretudo da pesca esportiva, e os empresários da piaçaba, conhecidos na região como “patrões exportadores”(p.29).

Estes grupos constroem suas alianças políticas e reivindicam acesso e controle sobre os recursos naturais, por um lado, e territoriais, por outro. Neste sentido, os grupos passaram a assumir outra identidade coletiva de “piaçabeiros” como estratégia para participar de sistemas sociais mais amplos, como comunidades tradicionais que reivindicam o acesso ao território e a outros projetos públicos previstos para a categoria de povos tradicionais.

Em sua análise sobre os agentes sociais que se autodefinem “piaçabeiros”, Menezes reflete que,

(...) essa *categoria* aparece relacionada ao *trabalho*, ocupação econômica e identidade coletiva. Os “piaçabeiros” são *representados* como aqueles que detêm um conhecimento específico para a extração e o beneficiamento das fibras de piaçaba, e que dominam ainda as noções espaciais e temporais da *região*(p.93).

Nessa relação de trabalho particular, o “piaçabeiro” é subordinado ao “patrão”, detentor dos meios de produção no âmbito do “sistema de aviamento”. O “patrão” explora e imobiliza o trabalhador extrativista por meio da dívida. O “sistema de aviamento”, que compete à comercialização da piaçaba, é baseado no adiantamento de mercadorias a crédito. No piaçabal,

(...) a troca se refere aos produtos extraídos pelos trabalhadores denominados como “piaçabeiros”, pelos produtos industrializados e manufaturados que os chamados “patrões” oferecem, como facões, lanternas e outros instrumentos necessários ao trabalho de extração das fibras no piaçabal(p.117).

Nesse sentido, os “piaçabeiros” já vão para o piaçabal endividados com o “patrão” que “avia”, adianta as mercadorias. Caso a terra fosse demarcada, os “patrões” não teriam mais acesso aos igarapés. Por essa razão, criaram uma estratégia com outros agentes sociais não indígenas, que utilizam os mesmos recursos naturais, para o lançamento de uma campanha antidermarcação das terras indígenas.

A leitura deste livro nos remete aos significados e usos sociais de diversas categorias identitárias, que são acionadas conforme o contexto, o que confirma algumas das colocações de

Barth (2000). Nesse trabalho, fundamental para a análise das relações entre indivíduos e grupos, na conformação de suas identidades, Barth afirma que os grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras que organizam a interação entre as pessoas. Cada grupo étnico pode variar tanto o seu modo de organização social como as formas de articulação interétnica, dependendo do contexto em que se encontrem. Por essa razão, é preciso entender o grupo não na sua origem, mas no processo, por meio de sinais como memória, organização política que são consequências elaboradas no tempo.

De acordo com os depoimentos e relatos apresentados pela autora, que denunciam a situação de precariedade dos “piaçabeiros”, este trabalho serve como um alerta ao reconhecimento imediato das terras ancestrais indígenas, para a autonomia dos “piaçabeiros”. Significa opor-se à dominação dos “patrões” sobre os trabalhadores extrativistas, bem como a liberdade de escolha na comercialização das fibras da piaçaba e a busca de novas relações com o mercado.

Além disso, são tais divulgações que vão possibilitar sensibilizar a sociedade brasileira para o jogo de subordinação em que vivem os “piaçabeiros” e sua busca por novas alternativas de vida através de mobilizações políticas que remetem a direitos e identidades coletivas. É importante ressaltar que a identidade não é definida apenas pela prática extrativista, mas também pelos

sentimentos de pertencimento a um grupo ou redes específicas, pelo modo de organização, ou pelas mobilizações políticas.

Em suma, para todos os profissionais, acadêmicos ou técnicos, interessados em experiências sobre identidades coletivas que buscam reconhecimento identitário, o livro de Menezes é uma fonte singular e indispensável para consultas e reflexões.

Referências

ALMEIDA, Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas:** terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhas do povo”. Manaus: Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Barth, Fredrik. **O guru o iniciador, e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.